

Alta Tensão: Popula es de todo o país acusam REN de prepotência

13-Jan-2008

Representantes de movimentos populares de todo o país em luta contra as linhas de Muito Alta Tensão marcaram presença na conferência promovida pelo Bloco de Esquerda, frisando que "não desistem" de lutar por solu es alternativas que obriguem a REN a respeitar e a proteger a saúde das popula es. No final, Francisco Lou  considerou que este novo movimento   "a melhor prova da democracia" ao colocar em sentido uma empresa que "acha que os lucros dos seus donos são mais importantes que 10 milh es de habitantes".

A Conferência sobre Linhas de Muito Alta Tensão promovida pelo Bloco de Esquerda e que decorreu este sábado na Faculdade de Letras de Lisboa, juntou mais de 120 pessoas, entre elas profissionais de saúde, autarcas, responsáveis políticos e membros de comissões de moradores dos concelhos afectados.

No primeiro painel, Ant nio Bastos Leite, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, frisou que apesar de actualmente "não existir - em nenhum dos estudos publicados - uma rela o de evidência causal entre as linhas de Muito Alta Tensão e a ocorrência de doenças específicas, dado que não se encontra um mecanismo biológico explicativo", a verdade   que   de bom senso "aplicar o princípio da precau o", dado que alguns estudos "indiciam associa es entre a exposi o longa aos campos electromagnéticos e a maior ocorrência de leucemia, doença de Alzheimer ou esclerose lateral amiotr pica".

O especialista em radiologia afirmou que, em Portugal, "a proximidade das Linhas de Muito Alta Tensão com áreas povoadas   maior do que no resto da Europa" e que o enterramento com uma distância superior a cinco metros do centro da linha   uma soluço que praticamente elimina todos os riscos para a saúde". Ant nio Bastos Leite acrescentou ainda que "a Lei actual est  10 anos atrasada", já que foi publicada em 1992 e já existem estudos epidemiológicos de 2001.

Ant nio Tavares, Coordenador do Departamento de Saúde Ambiental do Instituto Ricardo Jorge e autor de um estudo da Direc o Geral da Saúde sobre linhas de muito alta tensão que ficou na gaveta durante quatro anos, sublinhou que "as popula es devem ser integradas nas decisões" e que   necessária "mais regulamenta o e investiga o", dado que "ainda   muito grande a nossa ignorância".

No segundo painel, com autarcas e representantes das comissões de oradores afectadas pela Alta Tensão, José Sã Fernandes considerou que os estudos de impacte ambiental promovidos pela REN são "um atentado ao bom senso". E exemplificou com os casos de Agualva Cacém (concelho de Sintra) em que o estudo assumia "impactos negativos" mas que "com o tempo, as pessoas vão-se habituando", e o da Batalha, em que "existindo um impacto negativo significativo, como lá vive pouca gente, não faz mal".

Sã Fernandes defendeu a existência de alternativas, sejam elas "o desvio das linhas ou de enterramento", chamou a atenção para "a desvalorização das casas", e o "impacto do ruído". E lembrou que "só o facto de se ter receio constitui por si um risco para a saúde" e que "ninguém pode achar que viver perto de um cabo de Muito Alta Tensão é melhor do que viver sem ele".

Neste painel estiveram presentes elementos das Comissões de moradores de Sintra, Serzedelo (Guimarães), Quinta do Pinheiro (Odivelas), Almada e Batalha, que relataram as suas experiências de luta contra "a prepotência da REN". Um dos casos mais gritantes é Serzedelo, dado que 80% da freguesia está coberta com 12 Linhas de Muito Alta Tensão, num total de 90 postes, tendo sido registados 76 casos de cancro nos últimos 10 anos. Os representantes das populações, empenhados "na construção de um movimento nacional que dê mais força a todos", reafirmaram que "não desistem de lutar" e exigiram que a REN "gaste os milhares que tem de lucro ao serviço das populações".

Na sessão de encerramento, o italiano Valerio Calzolaio, que foi subsecretário de Estado do Ambiente entre 1996 e 2001 e responsável pela Lei italiana baseada no princípio da precaução "mas que não é aplicada", manifestou a sua solidariedade com a luta das populações portuguesas. E frisou que, nesta matéria, toda a precaução é pouca, dado que "as gerações actuais têm um tempo de exposição aos campos electromagnéticos que não tinham as anteriores gerações".

Francisco Louçã saudou este "movimento novo" que é "a melhor prova da democracia" e que até já conseguiu "pequenas grandes vitórias", como em Sintra ou em Silves. "Esta é a primeira vez que a REN sentiu que as pessoas que estão debaixo dos cabos têm voz", acrescentou o coordenador da comissão política do Bloco de Esquerda.

Louçã

afirmou que "o movimento nacional que poderã ser formado a partir de todas estas experiãncias de luta e que terã sempre pessoas de diferentes partidos" contarã com a solidariedade e apoio do Bloco de Esquerda, que estã tambã empenhado na "mudança da lei portuguesa que nã responde aos problemas de saãde das populações".

As crãticas ã REN marcaram o final do discurso de Louçã, para quem "a ideia de que a polãtica nã inclui a responsabilidade das empresas e que a economia nã faz parte da democracia, ã inaceitãvel". E concluiu: "Quem manda na REN - os seus principais accionistas - nada percebe de redes elãctricas. Os seus donos estã apenas interessados nos lucros ao fim do mãs, e a REN considera-os mais importantes do que 10 milhães de habitantes."